

# A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DA CRISE ATUAL

Por Francisco Prancacio Araújo de Carvalho\* João Paulo Farias Fenelon\*\* e João Batista Lopes\*\*\*

A economia brasileira tem sido pauta importante no debate político, científico e social. As preocupações com os problemas econômicos e, especialmente, com as contas públicas vêm trazendo aflições e inspirações para se pensar o modelo de economia adotado no País, suas implicações e perspectivas sobre a trajetória econômica e social. Nesse sentido, analisar a macroeconomia brasileira em diálogos tornou-se o objetivo deste artigo, que contempla inquietações, inspiração, teorias e discussões sobre economia, o Brasil e a crise. O mesmo surgiu a partir de estímulos do professor Márcio Martins Napoleão Braz e Silva e do doutoramento em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Não se pode falar que a crise atual é oriunda de bruscas alterações da economia. Os indicadores macroeconômicos apresentados pelo Banco Central do Brasil (2015a, 2015b, 2015c), Fundo Monetário Internacional - *International Monetary Fund* (IMF, 2015) - e Tesouro Nacional (2015) mostram que não houve mudança severa de curto prazo. De fato, existia uma trajetória com tendência em longo período de quedas das taxas de investimentos, do ritmo de crescimento econômico, do saldo das transações correntes e até da taxa de desemprego; e a inflação já vinha em tendência crescente desde 2006. Esses indicadores, em geral, parecem ter atingido o limite em 2014 com a crise nas contas públicas acompanhada, sequencialmente, de crise política. Consolida-se uma crise do governo, incluindo a falta de estrutura para fazer frente a suas despesas e uma emblemática crise política

atrelada à econômica. Assim, pode-se falar em crise econômica de causas de política e da política.

O que recentemente veio se transformar em uma grande crise política foi consequência das políticas econômicas, revelada, principalmente, após o ano de 2012. O tripé macroeconômico (metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário) ainda coincidiu com um período anterior em que o desemprego estava diminuindo, a inflação convergindo para a meta e a taxa de juros caindo. O Brasil estava promovendo avanços sociais e crescimento com evolutiva inclusão.

Os rumos adotados pela política econômica brasileira de curto prazo, guiada principalmente pelos princípios monetários desde 1994, têm colaborado para estabilidade de importantes indicadores da economia; entretanto, contribui para o alargamento de vários problemas crônicos de ordem econômica, das contas públicas e do meio social. Não se tem conseguido paralelamente canalizar recursos para alavancar efetivamente uma economia real sólida, competitiva e sustentável. A trajetória dos investimentos ficou relativamente estagnada com tendência de queda recente; vem ocorrendo a elevação da dívida pública; e os juros e amortização do capital têm forte peso nas receitas públicas (BACEN, 2015a, 2015b, 2015c; IMF, 2015; TESOURO NACIONAL, 2015). A desindustrialização, a baixa competitividade da economia brasileira e a importância do esforço para uma economia baseado em ganhos de divisas externas (*commodities*) são também questões em debate.

A estabilidade da economia brasileira não é o único desafio; a mesma precisa elevar sua taxa de crescimento; entretanto, um dos setores de importante efeito dinâmico, a indústria, principalmente a de transformação, teve forte contração em seu conjunto e na participação dos bens manufaturados nas exportações durante o período 1998-2014 (FENELON; NOBRE; ROCHA, 2015).

A abertura econômica pode colaborar para elevação da produtividade e da modernização; contudo, os governos tendem a regular a atividade apenas com o objetivo de conservar empregos, desconsiderando o aspecto dinâmico da oferta. Esta visão pode dificultar a destruição criativa das empresas, pois as variações nos padrões tecnológicos podem implicar em oscilações na taxa de desemprego de curto prazo (SPENCE, 2011).

O câmbio apreciado e os elevados juros reais também são questões importantes. Aquele se justifica pelo temor do retorno da inflação; e a elevada taxa de juros real tem sido o principal instrumento utilizado para sustentá-lo, desde a implantação do Plano Real. Ambos, no entanto, atuam negativamente sobre o lado real da economia. Os investimentos se deslocam de setores produtivos para financeiros; *deficits* nas transações correntes tornam-se frequentes; e ocorre perda de competitividade da indústria no setor externo (GIAMBIAGI et al., 2011).

É preciso retomar a discussão sobre a política monetária utilizada desde 1994. Seu comportamento contracionista, após a implantação do Plano Real, foi considerado adequado diante do *boom* de consumo (já esperado e que geralmente ocorre após a implantação de um plano de estabilização). Em seguida, ela poderia ter-se tornado mais branda; entretanto, isso não ocorreu. O Brasil manteve a âncora cambial implantada em 1994 até 1999, a qual só foi sustentada por meio de elevados juros. Além disso, o País continuou com crescente endividamento interno e externo. A fórmula utilizada para contrabalanceá-los foi através de forte ajuste monetário com elevação dos juros (GIAMBIAGI et al., 2011). Já nos anos 2000-2010, o governo poderia ter relaxado um pouco mais a taxa de juros real, pois as contas públicas estavam se ajustando, não haviam grandes problemas externos e a inflação estava sob controle. É possível, portanto, que durante o período tenha havido um mau equilíbrio no mercado monetário.

Apesar dos juros altos, o País estava conseguindo diminuir até 2013 a relação dívida total líquida/produto interno bruto; indicador muito positivo para a consolidação da estabilidade,

redução da percepção de risco do País e, conseqüentemente, da taxa de juros (RESENDE, 2011).

Deve-se destacar no Brasil os conflitos entre os modelos desenvolvimentista e de estabilização. O primeiro sofre resistência popular por conta dos possíveis custos envolvidos, sobretudo devido à possibilidade de perda no poder de compra das famílias, ainda que seja apenas no curto prazo. Já o segundo parece estar em vantagem na opinião pública pelo êxito que logrou em seu objetivo principal: a estabilização dos preços.

Essa é uma matéria de longo debate teórico; destaca-se aqui apenas a possibilidade prática de uma compatibilidade entre os dois modelos ao longo do tempo, algo parecido como vinha ocorrendo no Governo Lula. O sucesso da compatibilidade estaria em superar dois desafios: o primeiro seria a escolha que fora adotada, na época do modelo desenvolvimentista, em voltar-se exclusivamente à industrialização, negligenciando os seus impactos no desenvolvimento regional e na desigualdade de renda; e o segundo está por trás do baixo crescimento econômico em curso desde 1994 e diz respeito às políticas contracionistas, fiscal e monetária, que têm provocado obstrução da indústria e do crescimento (BASTOS, 2012; FERREIRA; FRAGELLI; BRESSER-PEREIRA, 2014).

Não se pode deixar de pensar na estrutura da política econômica baseada em princípios incapazes de sustentar e promover o desenvolvimento sólido da economia real no longo prazo; um modelo, em geral, sem fortes alterações estruturais ao longo do tempo, adotado a partir de 1994, como argumento de diversos autores, dentre os quais Costa Filho (2006).

Os fundamentos da crise têm associação e causas fundamentais no equívoco da política econômica, na crise política e no uso de um modelo irregular, benéfico ao centro do capital e ao poder, como defende Costa Filho (2008, 2011a, 2011b, 2014). Seu controle e superação não deveriam ser atrelados a medidas tradicionais de custos sociais elevados que continuam a cegar a racionalidade e aprofundam, no longo prazo, os mesmos problemas.

O relaxamento do tripé macroeconômico pode ser também entendido como igual distanciamento no uso do modelo de estabilização adotado desde a implantação do Plano Real em 1994 e de uma aproximação ao desenvolvimentismo; mas ao longo de um bom período mantém sua essência de política monetária restritiva, via financiamento público e política de curto prazo com efeitos duvidosos sobre o bem-estar coletivo, sem bases

sólidas no planejamento econômico da economia real que crie um projeto de nação prático e alcançável, transformador qualitativamente da sociedade. Isso custa caro e amplia, no longo prazo, os efeitos perversos sobre a economia e seu povo. Apesar de sua fundamental importância inicial, o contínuo processo de estabilização não tem sido capaz de associar-se às estratégias de desenvolvimento.

Em essência, existe uma relação de dependência financeira, tecnológica e econômica de trocas desfavoráveis, como já destacaram estudos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). Parte importante de recursos econômicos são direcionados ao pagamento de juros em um processo de indexação aos títulos públicos. Amplia-se progressivamente a dívida em situação perigosa, gerando crise fiscal grave e insustentável sob dominância do credor; não fundamentalmente atrelada ao desenvolvimento das atividades produtivas.

Como afirma Furtado (1999), está-se em uma era pós-keynesiana em que se percebe a evolução das estruturas de poder transnacionais, irregularidade no avanço das plurinacionais e a atrofia das nacionais, em que os processos econômico e político captam os sistemas de dominação social, atrofiando as estruturas internas das economias e a ideologia do bem-estar coletivo e abrem espaço para o domínio da racionalidade mercantil.

A implantação do capitalismo industrial alavancou as forças sociais para um bem-estar coletivo baseada nos ideais socialistas e na participação do Estado para alocar renda ao meio social sob um ideal da socialdemocracia. Ao final do século XX, o capitalismo avançado permitiu os aumentos da competitividade e da criatividade, a hipertrofia da inovação de produtos, a expansão do consumismo e, portanto, as ampliações do poder, da participação e da renda do capital. O pleno emprego de Keynes ficou em segundo plano e houve a desagregação da base social com aumento da criminalidade e atenuação da coesão social (FURTADO, 1999).

Cardoso Jr. e Siqueira (2009, p. 9) afirmam que as discussões sobre natureza, alcances e limites do desenvolvimento no capitalismo contemporâneo

[...] se torna particularmente relevante agora, uma vez passadas a avalanche neoliberal das décadas de 1980 e 1990 e suas crenças em torno de uma concepção minimalista de Estado. Diante do malogro do projeto macroeconômico neoliberal (baixas e instáveis taxas de crescimento) e suas consequências negativas nos planos social e político (aumento das desigualdades e da pobreza e o enfraquecimento dos mecanismos democráticos), evidencia-se já na primeira década do

novo século certa mudança de opinião a respeito das novas atribuições dos Estados Nacionais.

[...] Embora a ênfase das políticas domésticas ainda esteja centrada na harmonização e homogeneização das estruturas de produção e distribuição, nos controles orçamentários e na inflação, começa a haver algum espaço para ações mais abrangentes e ativas dos Estados visando tanto à recuperação do crescimento econômico como ao combate à degradação das condições de vida, ações estas que dizem respeito à viabilidade e à sustentabilidade dos sistemas ambientais, de produção e de proteção social em geral.

Necessita-se planejar o caminho de longo prazo da economia brasileira realizando as reformas estruturais capazes de reconduzir a economia em fundamentos atrelados à economia real que minimize os riscos e estrangulamentos de longo prazo; elencar a prioridade nas alterações sólidas da base do processo de produção sustentável e no desenvolvimento econômico, um projeto de nação colocado em prática. Isso passa por transformações sólidas na gestão pública e privada e até nas questões culturais.

Precisa-se alterar os rumos da política econômica e social de maneira que favoreça os pilares da economia e do bem-estar coletivo. Isso escapa da dinâmica das discussões e do objeto no meio social e as forças do mercado sufocam a possibilidade de elevação do bem-estar da coletividade, provocando destruição das bases da economia e de importantes valores humanos.

É preciso um contínuo compromisso do Estado na condução econômica, além da implantação de reformas institucionais que forem surgindo conforme as necessidades de ajuste. Isso só pode ser possível com a definição de um conjunto de regras essenciais que regem uma sociedade. As regras do jogo (as instituições) serão neste caso as regras que conduzem a relações em sociedade (NORTH, 1990).

Assim, países que optam por instituições extrativistas tendem a apresentar desproporcionalidades no poder de barganha entre os indivíduos. Grupos poderão ser beneficiados e o bem-estar social não será a finalidade. Por outro lado, quando os países optam por instituições inclusivas, os benefícios do aumento da riqueza serão capazes de serem difundidos a todos; toda a sociedade estará apta a fazer parte do processo de construção e ajuste do modelo (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). Destaca-se, neste caso, que o Brasil, com a redemocratização e a nova Constituição Federal (de 1988), deu importante passo para se tornar mais inclusivo e diminuir as desigualdades. Ressalta-se, no entanto, que as instituições inclusivas de um país não podem ser consideradas como condição suficiente para mantê-lo na trajetória de

desenvolvimento; é preciso que elas sejam asseguradas com reformas ao longo do tempo.

As instituições são todas as normas legais, sociais e convenções existentes; por isso, a cultura e as ideologias também possuem grande importância (FIANI, 2011). Um padrão cultural pode inviabilizar a implantação de determinado modelo e das normas que venham a ser necessárias. A complexidade torna-se mais clara à medida que o padrão cultural possa obstruir a utilização de arranjos institucionais que seriam mais produtivos economicamente. É possível que o modelo econômico mais eficiente e o padrão cultural sejam incompatíveis. Tal rejeição se explica pelas diferentes formações culturais; foi o caso do arranjo britânico durante o período colonial, que pôde se encaixar de maneira adequada ao padrão cultural dos Estados Unidos, mas que, por outro lado, não teve sucesso na cultura milenar da Índia. A adaptação dos Estados Unidos o levou a um longo período de crescimento econômico; já a Índia não avançou (NORTH, 1990).

Na economia, a produção depende de um elevado grau de articulações. As relações são desiguais e não existe um equilíbrio equitativo. Entre as Instituições, existem elevadas relações de dependência e desigualdade; por isso é importante a sociedade pensar e agir de forma complexa.

Continuar-se-á agroexportador? Quais as principais importações? Os esforços de exportações criam as divisas necessárias? Por que sobra tão pouco, em média, na balança comercial? Por que se pagam elevados serviços da dívida? Quais as transformações que se têm feito nas indústrias? Aumento de competitividade? Subsídios? Por que as cadeias de produção nacionais, em boa parte, têm dependência de empresas internacionais? Como estão as patentes? Por que não se alavanca a formação de capital? O que se pode fazer?

Não se pode negar os benefícios baseados na socialdemocracia com programas de transferência de renda que, mesmo assim, ainda representam pouco do que o Estado direciona para o capital (COSTA FILHO, 2011b), mas, em geral, o modelo e a dinâmica da realidade brasileira evidenciam elevados custos para sociedade, pagamentos de serviços públicos em dobro, custos dos bens e serviços inflacionados pelo poder de mercado e sobre uma rede de especulação financeira, baixa distribuição de renda, falta de acesso pleno a saúde e saneamento, e de inúmeras outras importantes dimensões do desenvolvimento humano como apontou Sen (2000).

Não será possível ter maior eficiência na

condução do desenvolvimento? Opta-se pela alternativa de menor custo social? De maior benefício coletivo? Será que os indivíduos, em média, são ansiosos e imediatistas? Em essência, perderam a qualidade de humano? As representações geram um equilíbrio representativo? A plena liberdade e participação não permitem o ser livre e participativo? Além disso, a democracia é democrática? Ou a liberdade de expressão é interrompida pela insurdescência? O equilíbrio social pode ser melhorado? É aceitável a exacerbação do consumismo, enquanto muitos passam fome? É justo o acesso à saúde a poucos, enquanto milhares morrem sem o mínimo? Discriminação? Droga? Violência? Essa é uma sociedade de consenso?

Cardoso Jr. e Siqueira (2009, p. 10) mostram algumas opções para o desenvolvimento do Brasil

Ao longo do processo de planejamento estratégico em curso no Ipea, identificaram-se sete grandes dimensões ou eixos estruturantes para o desenvolvimento brasileiro, quais sejam: *i)* inserção internacional soberana; *ii)* macroeconomia para o pleno emprego; *iii)* infraestrutura econômica, social e urbana; *iv)* estrutura tecnoprodutiva avançada e regionalmente articulada; *v)* sustentabilidade ambiental; *vi)* proteção social, direitos e oportunidades; e *vii)* fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia.

As transformações do mundo passam por questões complexas. As instituições não são neutras. A liberdade pode não ser livre. As relações são desiguais, os interesses são individuais e os custos coletivos. Não se deve romper bruscamente com o modelo e com acordos interinstitucionais, mas se deve construir alternativas para transformá-lo a favor do Brasil. Não se pode cair em tentações enganosas. Como o tempo é variável fundamental, caso o percamos, a resiliência permitirá apenas o equilíbrio do qual perderemos a identidade.

#### Referências

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Dívida líquida e necessidade de financiamento do setor público*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIEDLSP>>. Acesso em: 10 nov. 2015a.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Histórico das taxas de juros*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>>. Acesso em: 18 nov. 2015b.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Série histórica do Balanço de Pagamentos - 5ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM5)*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAGBPM5>>. Acesso em: 05 nov. 2015c.
- BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. esp., p. 779-810, dez. 2012.

- CARDOSO JR., J. C.; SIQUEIRA, C. H. R. Introdução: a história como método e a centralidade do estado para o desenvolvimento das nações. In: CARDOSO JR., J. C. (Org.). *Desafios ao desenvolvimento brasileiro*: contribuições do conselho de orientação do Ipea. Brasília: Ipea, 2009. I. 1. p. 9-14. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro01\\_desafiosdodesenvolvimento09.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro01_desafiosdodesenvolvimento09.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2013.
- COSTA FILHO, S. O neoliberalismo na economia brasileira: o que é neoliberalismo? *Texto de Discussão*, Teresina, a. 5, n. 10, maio 2006.
- COSTA FILHO, S. O processo de globalização e a lógica do capitalismo: a essência do capitalismo ainda é aquela? *Texto de Discussão*, Teresina, a. 7, n. 16, jul. 2008.
- COSTA FILHO, S. Ignorância, ingenuidade e hipocrisia. *Informe Econômico*, Teresina, a. 12, n. 25, p. 2-10, mar. 2011a.
- COSTA FILHO, S. Subvertendo o debate. *Informe Econômico*, Teresina, a. 12, n. 26, p. 2-16, nov. 2011b.
- COSTA FILHO, S. Globalização e crise: o jogo de ganha-ganha do capital financeiro. *Informe Econômico*, Teresina, a. 16, n. 31, p. 3-7, jun. 2014.
- FENELON, J. P. F.; NOBRE, E. N. M.; ROCHA, C. A. M. Indústria de transformação no Brasil: atual cenário e perspectivas para os próximos anos. *Informe Econômico*, Teresina, a. 17, n. 34, p. 55-60, jun. 2015.
- FERREIRA, P.; FRAGELLI, R.; BRESSER-PEREIRA, L. C. *Crítica desenvolvimentista e réplica liberal*. 2014. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/Works/SmallPapers/2014/51.Cr%C3%ADtica\\_desenvolvimentista\\_r%C3%A9plica\\_liberal.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Works/SmallPapers/2014/51.Cr%C3%ADtica_desenvolvimentista_r%C3%A9plica_liberal.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- FIANI, R. *Cooperação e conflito*: instituições e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- FURTADO, C. *O longo amanhecer*: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GIAMBIAGI, F. et al. (Org.). *Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF. *World Economic Outlook database*. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/02/weodata/download.aspx>>. Acesso em: 13 nov. 2015.
- NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- RESENDE, A. L. A taxa de juros no Brasil: equívoco ou jabuticaba? *CLP Papers*, São Paulo, n. 6, p. 11-20, set. 2011.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SPENCE, M. *Os desafios do futuro da economia*: o crescimento econômico mundial nos países emergentes e desenvolvidos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- TESOURO NACIONAL. *A dívida em grandes números*. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/a-divida-em-grandes-numeros>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

\* **Professor do Departamento de Ciências Econômicas (Decon) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPI).**  
 \*\* **Bacharel em Ciências Econômicas-UFPI.**  
 \*\*\* **Professor da UFPI, Doutor em Ciências (Energia Nuclear na Agricultura) pela Universidade de São Paulo (1998).**